

RIO DE JANEIRO



Prédio que desabou deixou duas pessoas mortas: pai e filha. Esposa e mãe das vítimas fatais está no CTI

DANIEL CASTELO BRANCO

# SEM FISCALIZAÇÃO E COM A PRESENÇA DO CRIME

Construções irregulares avançam na cidade diante da ausência do poder público; prédio que desabou em Rio das Pedras era ilegal e atravessou sete gestões da prefeitura

Apesar de abalado, Genivan Gomes Macedo não se furtou de prestar depoimento na 16ª DP (Barra), no início da noite da última quinta-feira, algumas horas após a tragédia que vitimou seu filho, Nathan Souza Gomes, 30 anos, e a neta, Maitê Abreu, de apenas 2 anos. Indagado sobre a casa que caiu, Genivan ilustrou a realidade vivida por moradores de comunidades que desejam deixar um teto para os seus filhos, mas não alcançam a legalização: o prédio foi construído por conta própria, sem planta e orientação de profissionais especializados.

No depoimento, a polícia ouviu que Genivan “contratava terceiros para realizarem as obras”. Ele não soube informar os nomes dos pedreiros que realizaram a construção, nem mesmo a data de conclusão das obras.

Nascido no sertão do Cariri, no Ceará, Genivan chegou aos 18 anos no Rio. Trabalhou como vigia de obra, vendedor de hambúrguer, entregador de água e comprou, nos anos 1990, um terreno na Rua das Uvas, em Rio das Pedras, onde construiu a muito custo uma casa de quatro pavimentos, que só ficou pronta anos depois.

A obra, irregular e construída em uma área de mangue, atravessou 25 anos, passou por sete gestões de cinco prefeitos — de Marcelo Alencar a Eduardo Paes, passando por Cesar Maia, Luiz Paulo Conde e Marcelo Crivella. De lá para cá, nenhuma fiscalização ou assistência do poder público.

Para Pablo Benetti, presidente do Conselho de Arqui-

tetura e Urbanismo (CAU-RJ), morar nessas área nem sempre é a melhor opção, mas a única escolha: “Não tem como ficar procurando culpado nesse momento”.

“O que falta nessas comunidades é uma oferta boa de habitação. No dia em que a população tiver oferta, ela vai procurar a melhor escola. O poder público tem ferramenta para cuidar disso. Eles podem dar suporte para uma ação de assistência técnica”, afirma.

Benetti defende que a presença do Estado nessas áreas serve para que esse crescimento urbano seja de forma controlada e regular.

**Presidente do CAU alerta: sem a presença do Estado, crescimento será acelerado**

Apesar disso, entende que a atuação de criminosos nesses mesmos locais impede o trabalho. “É preciso criar políticas de valorização nessas áreas. Não adianta apenas adotar um discurso de chegar nos locais ilegais e quebrar tudo. Sem a presença do Estado, vai acontecer um crescimento acelerado”, diz.

“O imóvel começou a ser construído na época em que o prefeito do Rio era Luiz Paulo Conde, urbanista e ex-secretário de urbanismo da cidade. Conde era considerado como criador de um dos principais projetos de urbanismo dentro das comunidades do Rio, o Favela-Bairro. O projeto tinha como objetivo a valorização das comunidades”, lembrou o presidente do Conselho.



Prefeitura retomou ontem remoção dos escombros do imóvel que desabou. Conservação e Comlurb mobilizaram 25 funcionários, retroscavadeiras e 3 caminhões

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DO RIO

## FALTA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

### Grupos paramilitares dominam 57% do território carioca

■ Estudo conhecido como Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro, realizado pela UFF em 2019, mostrou que pelo menos 57% do território da capital do Rio é dominado pelas milícias e está fora do controle do poder público. Considerando estimativas do IBGE, pelo menos 55,5% da população da cidade vive fora do controle do poder público.

A cientista política e professora da Unirio, Clarisse Gurgel, explicou que o problema é antigo no Rio e remonta a períodos desde a redemocratização, na década de 80.

Ela reforçou que é de

responsabilidade do estado resolver este problema, pois o fenômeno de ocupação de espaços irregulares é resultado do governo permitir que seja formada uma grande desigualdade e acumulação de riqueza.

Ou seja, é o próprio poder público que permite esse tipo de situação. “A cidade é carente de uma regularização fundiária desde a década de 80. Tínhamos o Instituto de Terras e Cartografia do Estado e uma estrutura dedicada a pensar a distribuição de terras com participação das camadas mais populares e periféricas”.

“(Agora), essa população perdeu suas associações de moradores,

perderam seu referencial na política como um todo quando a milícia ocupou esses espaços e controlou a opinião, a participação e a movimentação dos próprios moradores”, analisou.

A pesquisadora concluiu que sem a autonomia da população periférica e sem a participação e reconhecimento das camadas populares como um todo, não será possível resolver o problema de construções irregulares na cidade. E citou como um exemplo de uma medida benéfica o usucapião coletivo, que seria um instrumento com poder de auxiliar na regularização fundiária na cidade.

## Conservação demoliu mais de 300 este ano

► A Secretaria Municipal de Conservação informou que faz vistorias frequentes para combater edificações irregulares em áreas informais. E que, desde janeiro de 2021, já demoliu

mais de 300. Desse total, somente em áreas localizadas na Z. Oeste, foram demolidas mais de 180 e emitidas mais de 150 notificações. Responsável pela vistoria em áreas formais e particulares, a

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico informou que, este ano, emitiu 812 autos de infração, 130 embargos, 909 notificações e 1.606 intimações.

## Zona Oeste do Rio lidera denúncias de ilegalidades

► A Zona Oeste é a região com o maior número de ocorrências de construções e invasões irregulares no Município do Rio, segundo levantamento obtido pelo **DIA** através do Disque Denúncia. O debate sobre o tema ganhou visibilidade após o desabamento na comunidade de Rio das Pedras.

O bairro “campeão” em denúncias de invasão e loteamento irregular de propriedade foi Campo Grande, na região, com 13,19% de ocorrências. Em 2º lugar, Barra de Guaratiba e Jacarepaguá empataram, ambos com 6,23% de denúncias.

Em relação a construções irregulares, os três bairros com maior incidência são Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba. O percentual de denúncias feitas sobre a atividade nas três áreas são, respectivamente, 9,4%, 9,02% e 5,26%.

Segundo o Disque Denúncia, queixas contra traficantes e milicianos que atuam na exploração imobiliária irregular são frequentes: 539 registros de ocorrência foram feitos através do serviço. As milícias exercem forte influência dentro dessas atividades, atuando na cobrança de internet irregular, fornecimento de gás e outras ações ilegais.

## Milícia lucra com ‘ramo imobiliário’

► O sociólogo e professor da Uerj Ignacio Cano explicou que a atuação das milícias na Z. Oeste é constante e que nenhum empreendimento é feito sem o controle do poder paralelo. Segundo ele, a organização criminosa lucra alto com atividades imobiliárias irregulares.

“A milícia começou a controlar os negócios imobiliários. No caso do Rio das Pedras, eles, inclusive, expandiram a comunidade e aterraram parte da lagoa que corta o bairro e, consequentemente, a expansão foi crescendo sob o controle deles”, detalhou.

“Isso gera um lucro gigantesco, sobretudo se você constrói. O risco iminente é que não há fiscalização. E quando as pessoas fazem autoconstrução é uma coisa, mas quando elas constroem para vender o controle é menor e isso pode gerar situações riscos para as pessoas, como vimos”, afirmou Cano, que ressaltou:

“É importante que o poder público, já que não consegue controlar esses territórios, pelo menos fiscalize a segurança das construções para evitar novas tragédias”.